

## SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, PODER POLÍTICO E MOBILIZAÇÃO IDEOLÓGICA EM PERNAMBUCO

Susan Lewis  
Professora do Curso de História da Universidade de Pernambuco  
s.lewis@uol.com.br

Em 22 de agosto de 1942 o Brasil declarava guerra ao Eixo e uma série de mudanças acompanharia esta resolução. No Nordeste, considerado área de interesse estratégico para as potências envolvidas no conflito bélico, as influências da guerra eram sentidas por diversos grupos sociais e geravam reações muitas vezes curiosas, como nos casos em que jovens disputavam a atenção das brasileiras com os soldados americanos. Estudante secundarista à época, o historiador Fernando Gouvêa narra um desses momentos:

Da presença das forças americanas no Recife, em número enorme e sentida em todos os setores da sociedade, lembro um fato engraçado. No carnaval de 1944 ou 1945, um grupo considerável de jovens organizou um cordão, quase um clube de rua, e percorria as ruas Nova, Palma e outras, cantando uma marchinha que refletia a indignação dos rapazes com a barração que sofriam no USO (United Service Organization). Tratava-se de um clube para marinheiros e soldados americanos, instalado na Rua do Sol, onde apenas moças brasileiras podiam entrar. Brasileiros homem, não. A musiquinha era banalíssima e dizia:

Não somos do USO, mas gostamos das usadas  
dessas mocinhas americanalhadas,  
que vão toda noite pro USO, ai, ai, ai  
E ficam até tarde no faz que vai, mas não vai  
E nesse vai e vem  
Sai um bebê também.<sup>i</sup>

A manifestação dos jovens insatisfeitos com os americanos que *invadiam* seus territórios — ou com as “mocinhas” que os trocavam por eles — não ficou restrita a marchinhas carnavalescas ou a versos de poemas que expressavam o descontentamento masculino.<sup>ii</sup> O então estudante e boêmio José Figueiredo Matos relembra um episódio que teria sido iniciado por uma briga entre um brasileiro e um americano e que terminou com uma única palavra de ordem: “vamos meter o pau nos galegos”...<sup>iii</sup>

Bairro do Recife 1943 ou 1944. O movimento noturno superava em muito o movimento diurno, quando o comércio estava funcionando e os bancos operando. Nesta época as agências bancárias, a Caixa Econômica Federal e os Correios e Telégrafos, se encontravam lá. Não sabemos como começou. Acreditamos que ninguém sabe. Dizem que foi uma briga entre um brasileiro e um marinheiro americano, numa pensão da Rua Vigário Tenório. Talvez a 111 ou a 128. A briga generalizou-se. A palavra de ordem era uma só: vamos meter o pau nos galegos. Aí o bairro pegou fogo. Todos os brasileiros como um só homem passaram a agredir os americanos. Era de tapa, murro, de cacete, de pé, de cadeira, de garrafa etc. O ódio preso quebrava as cadeias do raciocínio. Brigava-se na Rua Vigário Tenório, na Avenida Marquês de Olinda, na Avenida Rio Branco, na Rua do Apolo, na Rua da Guia etc. Nas pensões (neste tempo não havia motel) a escrita era a mesma. Um marinheiro acuado numa destas pensões, depois de apanhar “como boi ladrão”, não tendo como escapar, desceu do segundo andar, por um cano externo que havia na parede do prédio. Foi recebido no solo por uma chuva de bofetadas e ponta-pés. Apavorados, os americanos corriam pelas ruas tentando fugir da multidão. Eram caçados e espancados. Outros, procuravam refúgio nos bares. Eram expulsos debaixo de pau. Feridos, ensangüentados, apavorados, os americanos corriam sem rumo, num salve-se quem puder geral.<sup>iv</sup>

Os conflitos que ocorriam entre a população local e os membros de um país com o qual o Brasil decidiu alinhar-se na guerra — e que partiam de disputas geradas no campo das relações sociais motivadas por variadas questões — atingiram também os membros dos países do Eixo, à época chamados de “súditos do Eixo”. No Recife, em agosto de 1942, multidões saíam às ruas depredando estabelecimentos comerciais de alemães, japoneses e italianos como reação aos afundamentos de cinco navios brasileiros no dia 15 daquele mês. O incidente ficou conhecido como *o quebra-quebra*: “na Sorveteria Gemba, na Praça Joaquim Nabuco, soubéramos depois, lançara-se gás sulfídrico e depredara-se suas instalações, o que a obrigou a permanecer fechada por um longo período”, afirma Rostand Paraíso.<sup>v</sup>

Assim como a Gemba, várias outras instalações foram depredadas, “saindo os invasores, segundo testemunhas oculares, com caixas de sapatos e com uma quantidade tal de canetas, relógios e armações de óculos que daria para abastecer várias casas a

fió...”.<sup>vi</sup> Com o Brasil em guerra, os membros dos países do Eixo que aqui se encontravam sofreriam com deliberações do Estado: inúmeras proibições, acusações, prisões, etc., atingiriam muitos dos que viviam no país e que passavam a ser considerados ameaçadores da segurança nacional.

Durante o Estado Novo, o controle sobre a população fortalecera-se e ampliara-se, incidindo sobre as áreas mais diversas. No Recife, o lazer, as festas, a educação, a saúde, a questão habitacional sofriam intervenções do setor público, que disciplinava práticas e espaços em nome da modernização. Na Rua da Aurora, desde 1924, funcionava a Rádio Clube, onde diariamente o interventor Agamenon Magalhães lia seus artigos publicados na *Folha da Manhã*, jornal do qual era proprietário e que criou para difundir os ideários do Estado Novo. Os ouvintes da Rádio Clube podiam ficar em sintonia com a *pregação* do interventor, que não apenas escrevia para o grande público, mas lhes falava, tentando entrar, como se conversasse com eles, na intimidade de seus lares. Podiam, também, ouvir o hino nacional, que passava a ser veiculado, diariamente, no início das irradiações, “atirando ao ar, para ser ouvido em todas as cidades, vilas, distritos e fazendas dos sertões brasileiros, o canto da pátria, o nosso cântico dos cânticos”.<sup>vii</sup> Era o estímulo ao nacionalismo patriótico. Os líderes do Estado Novo excluía a participação política através do regime ditatorial, mas não descuidavam de empreender a legitimação de seus ideais, que deveriam abarcar os diversos grupos sociais que compunham o país.

Veículos poderosos de divulgação da propaganda política, o jornal e o rádio difundiam os discursos oficiais. Podemos imaginar como tais informações nas décadas de 1930 e 1940 eram recebidas pelas pessoas: parte delas aderiu ao regime e, portanto, poderia recebê-las com menos critério; outras liam ou ouviam de forma mais resistente, seja através de acréscimos particulares aos sentidos de verdade, seja rejeitando o que era dito. E tantas outras não liam ou não ouviam, e podiam estabelecer outras formas de contato com os discursos políticos. Mas questionamentos não deixaram de existir, e muitos não aderiram completamente ao *novo* regime ou o rejeitaram de forma integral. Porém, se o Estado Novo, com todos os esforços realizados para legitimar e tornar inquestionáveis seus ideais e suas práticas, não atingia os diversos segmentos da população da mesma maneira, durante a guerra isto se tornaria ainda mais claro, uma

vez que não era possível eliminar as contradições de um país que entraria em um conflito bélico para combater os governos totalitários ao lado de regimes liberais e em nome de valores democráticos, mas que permanecia em seu regime ditatorial. A partir de então, falar de Estado Novo passaria a ser uma tarefa que estaria, muitas vezes, associada à guerra e que, portanto, levaria a outros tipos de justificativas do regime. Em artigo publicado na *Folha* em setembro de 1942, dizia Agamenon Magalhães:

Não se admite mais neutralidade, nem que os povos tomem internamente as atitudes resultantes dos seus compromissos, das suas tendências e da sua história. O que se pretende é a servidão de todas as raças e nações a um plano novo de colonização, em que o homem terá de subordinar-se totalmente ou desaparecer. Todas as nações e conceitos estão sendo subvertidos. Observe-se, por exemplo, o conceito de nacionalismo. A princípio era uma forma autárquica e heróica de organização interna. Todos os valores nacionais a serviço do Estado. Depois essa noção substituiu as cores nacionais pela cor das raças, transpondo as fronteiras, criando ódios e preconceitos e procurando infiltrar-se em todas as regiões do globo, com uma doutrina e métodos revolucionários. [...] Aqui mesmo, no Brasil, fascismo e comunismo geraram motins e conflitos nas ruas, obrigando o governo e as classes armadas a darem o golpe de Estado de 10 de Novembro de 1937.<sup>viii</sup>

Justificando e legitimando, pois, o Estado Novo, prosseguia Magalhães com sua associação à guerra afirmando, ainda, que “fomos previdentes e sábios, tomando uma atitude de autoridade e ordem que nos está assegurando agora essa frente espiritual de resistência e luta contra os planos de colonização racista”.<sup>ix</sup>

O ano de 1942 representaria uma outra etapa no Estado Novo. Uma série de acontecimentos associados ao conflito internacional levaria ao enfraquecimento do regime, fazendo com que a ditadura estado-novista enfrentasse o dilema de “como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente.”<sup>x</sup> O governo passou a enfrentar uma “resistência sistemática, que partiu de vários setores da sociedade”.<sup>xi</sup> As contradições surgiam, portanto, e discursos e ações dos membros do Estado eram produzidos na tentativa de não permitir o enfraquecimento do regime ditatorial, utilizando-se, inclusive, de manifestações populares contrárias à guerra, como fez o interventor de Pernambuco durante *o quebra-quebra*. Da sacada do Palácio do

Governo, Agamenon Magalhães afirmou, para os “populares exaltados” que haviam depredado os estabelecimentos comerciais dos membros dos países do Eixo, que preferia “errar com o povo a acertar sem ele”.<sup>xii</sup>

Utilizando-se da mesma estratégia, o interventor opinou em artigo de sua autoria sobre a decisão do governo brasileiro de apreender os bens dos “súditos do Eixo” como reparação aos prejuízos causados pelos torpedeamentos dos navios brasileiros: “o que o povo queria é o que o governo fez. O que o povo queria fazer com as suas próprias mãos é o que o governo fez, sob forma jurídica, estabelecendo sanções legais, que incidem sobre os bens dos súditos dos países do Eixo, para reparação dos atentados contra os bens e a vida dos brasileiros”. E continuou a abordar o assunto de forma que não lhe escapasse a oportunidade de exaltar o Estado Novo, apresentado como portador de “[...] uma *estrutura adaptável* às necessidades da nossa defesa, armando os poderes públicos de normas que lhes permitam ação oportuna e eficaz” (grifo nosso).<sup>xiii</sup> Essa “estrutura adaptável” da ditadura que Magalhães creditava ao regime estado-novista servia para mostrar que ela não entrava em choque com os ideais da democracia.

O Estado Novo procurava, portanto, a partir de então, ser reconhecido pelas atitudes do país diante da guerra, que seriam contrárias às ações totalitárias do Eixo. Diferente do que ocorria anteriormente, quando, a exemplo da própria *Folha da Manhã*, países como Itália e Alemanha eram aceitos como modelos de civilização, e “o mito racista”<sup>xiv</sup> do nazismo ainda era apresentado como verdadeiro por inúmeros membros que influenciavam ou determinavam as diretrizes políticas brasileiras. A guerra, que se justificaria pela oposição ao princípio racista do determinismo biológico, é que levaria a mudanças nos discursos políticos de muitos que defendiam o regime ditatorial estado-novista. Afirmações de que “não há raças superiores”, uma vez que “a adaptação e a cultura são os fatores que tornam qualquer raça forte”, ou que “o índice de fortaleza das raças não é a cor”, mas sim a “educação”,<sup>xv</sup> contrastavam com assertivas anteriores que se referiam aos japoneses como “os insaciáveis cupins da raça amarela”<sup>xvi</sup> ou que associavam os judeus à “condição dos protozoários, do cupim ou da minhoca”.<sup>xvii</sup>

Em Pernambuco, no final da década de 1930 e início da de 1940, o preconceito relacionado aos grupos considerados inferiores era a linha mestra de boa parte das

matérias, artigos e editoriais publicados na *Folha da Manhã*. Vários deles tratavam da questão imigratória, dos *quistos raciais*, das leis brasileiras e das ações estrangeiras através do viés racista. O “mito racista” ainda não entrara em debate a ponto de poder enfraquecer ou inviabilizar tais discursos. Para muitos, os indivíduos poderiam ser classificados em tipos...

[...] uniformes, iguais, com as mesmas linhas e as mesmas cores. E cada grupo se sente fotografado, pintado, esculpido numa só fotografia, num só retrato, numa só escultura. Todos os traidores são iguais, todos os desleais são idênticos, todos os mentirosos são os mesmos. Quando a gente vê um determinado exemplo de suíno, pode ter a certeza de que “viu” os demais exemplos dessa mesma raça de porcos...<sup>xviii</sup>

Em agosto de 1940, Agamenon Magalhães perguntava aos seus leitores da *Folha da Manhã* de que forma Getúlio Vargas havia salvado o Brasil do judaísmo e do marxismo.<sup>xix</sup> Três anos mais tarde mudaria a diretriz de seu discurso, conclamando os nordestinos a aumentarem a desconfiança em torno dos “louros” e serem vigilantes com o perigo que estava em toda parte.<sup>xx</sup> Os louros em questão eram os alemães e o perigo, a espionagem em tempos de guerra.

Mas, se antes de declarar guerra ao Eixo discursos anti-semitas ou racialistas, por parte de membros do Estado Novo ou veículos de comunicação como a *Folha da Manhã*, ocorriam com frequência, não significava que existisse unanimidade quando tais assuntos eram abordados. Em Pernambuco, por exemplo, o jornal de Assis Chateaubriand,<sup>xxi</sup> o *Diário de Pernambuco*, postara-se, desde o início da Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, e o nazismo, bem como o seu anti-semitismo, era condenado. No jornal, trabalhava como redator-diretor-chefe o jornalista Aníbal Fernandes, que, na análise de Lêda Rivas, seria um dos principais responsáveis pela postura assumida pelo *Diário* em prol dos Aliados: “A eclosão do conflito mundial será por ele seguida, como se dele participasse em campo aberto. Nos primeiros momentos da guerra, manda instalar em frente ao prédio do jornal dois grandes placards, onde todas as tardes seriam colocadas as últimas notícias chegadas através das agências estrangeiras.”<sup>xxii</sup> Muitos dos que viveram durante o Estado Novo assim observaram a imprensa em Pernambuco:

Durante o conflito mundial que se prolongou de 39 a 45 a imprensa pernambucana possuía o Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Jornal Pequeno, Folha da Manhã e o Diário da Manhã, já no seu ocaso. Só quem tinha posição definida e intransigentemente ao lado dos Aliados era o Diário de Pernambuco. Os outros eram ‘neutros’ e o Jornal do Commercio bem mais próximo do nazi-fascismo. Aníbal não aceitava a posição dos neutros. Nem admitia que em situações como aquelas um brasileiro tivesse o direito de ficar neutro.<sup>xxiii</sup>

Quanto à imprensa pernambucana, era pressentido o divisor ideológico: de um lado o Diário de Pernambuco, com o anglofilismo de Assis Chateaubriand e de outro a Folha da Manhã, suposto ninho de simpatizantes da Nova Era nacionalista ao modelo ítalo-germânico.<sup>xxiv</sup>

Destacava-se, sobretudo, neste período o Diário de Pernambuco que era dirigido pelo jornalista Aníbal Fernandes, homem de formação francesa e que desde o início da guerra tomou partido decisivo em favor dos aliados. A Folha da Manhã, o Jornal Pequeno e o mesmo Jornal do Commercio noticiavam os acontecimentos, demonstravam simpatias mas não se envolveram tanto nos debates suscitados pela guerra, como o Diário de Pernambuco.<sup>xxv</sup>

A imprensa de Pernambuco informava bastante sobre a guerra. O Jornal do Commercio, no meu entender, apresentava maior cópia de telegramas fornecidos pela Associated Press e pela Transocean, esta uma agência alemã. Para quem, como eu, embora muito novo, gostava de ler o que diziam todos os beligerantes, o Jornal do Commercio atraía mais. Nunca encontrei ali propaganda nazista, sim a versão alemã dos fatos.<sup>xxvi</sup>

Alguns relatos enfatizam, também, a particularidade de Pernambuco em relação ao Estado Novo — no estado o regime ditatorial teve “a sua aplicação mais rígida, mais fiel, face ao fato de o interventor, Agamenon Magalhães, ser um homem muito autoritário, forte e de formação direitista”<sup>xxvii</sup> —, assim como as resistências ao governo que partiam, além de órgãos como o *Diário de Pernambuco*, da Faculdade de Direito do Recife. Para Pinto Ferreira, “duas grandes instituições culturais lutaram como irmãs gêmeas na história pernambucana, a Faculdade de Direito do Recife e o Diário de Pernambuco. Ambas possuem predominantemente uma linha ideológica liberalizante, que serviu à nação

como uma força libertadora e redentora”.<sup>xxviii</sup> Estudante de Direito e delegado de Polícia no período, Osvaldo da Costa Lima Filho, por sua vez, afirma que, “como aluno da Faculdade de Direito do Recife, pude constatar que entre cerca de 300 estudantes não havia sequer uma dezena de simpatizantes das potências do eixo”.<sup>xxix</sup>

O país entrava em um conflito internacional que traria o aumento de forças contrárias ao governo Vargas, suscitando ou ampliando resistências por parte daqueles que se opunham ao regime ditatorial e defendiam o liberalismo ou a volta das instituições democráticas. A vigilância policial, bem como o controle dos meios de comunicação, restringiram os discursos e práticas oposicionistas, mas não extinguiram movimentos contrários ao regime estado-novista, que chegaria ao seu ocaso em 1945. Mas, se a entrada do Brasil ao lado dos Aliados expunha de forma mais evidente as contradições do regime, suscitando resistências a elas relacionadas, o conflito bélico que tivera início em setembro de 1939 possibilitou, também, mobilizações ou tentativas de mobilizações da sociedade por parte do Estado Novo.

---

<sup>i</sup> Depoimento de Fernando da Cruz Gouvêa a Lêda Cerviños. In: RIOS, Lêda Maria Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto por jornal de província*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988. p. 612-613. Para maior aprofundamento sobre o assunto deste artigo ver: LEWIS, Susan. *Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã em Pernambuco (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

<sup>ii</sup> A situação em questão está presente nos versos do poema de Mauro Mota intitulado Boletim Sentimental da Guerra no Recife. In: MOTA, Mauro. *Antologia em verso e prosa*. Organização de Ivan Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1982. p. 55-58.

<sup>iii</sup> Depoimento de José Figueiredo Matos a Lêda Cerviños. In: RIOS, Lêda Maria Rivas Cerviños. Op. cit., p. 646-647. O episódio que relata ocorreu, em sua concepção, como consequência da forma dominante com que os americanos teriam se portado em território brasileiro: “desembarcaram não em um país aliado, mas em uma colônia”. Para ele, tal comportamento teria tido a contribuição dos “nativos”, principalmente das “moças”, que, “na sua grande maioria, só enxergavam os ‘galegos’.”

<sup>iv</sup> Depoimento de José Figueiredo Matos a Lêda Cerviños. In: RIOS, Lêda Maria Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial*, op. cit., p. 648-649.

<sup>v</sup> PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a 2ª Guerra Mundial*. Recife: Comunicarte, 1995. p.125. A sorveteria Gemba era de proprietário japonês. Testemunha ocular do episódio, Rostand Paraíso descreve o quebra-quebra e opina sobre o movimento, observando que alguns participavam “por puro vandalismo” e outros “por motivos apenas patrióticos”. Ibidem, p. 126.

---

<sup>vi</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>vii</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Cântico dos cânticos (22.02.1938). In: *Idéias e lutas*. Introdução de Nilo Pereira; apresentação de Roberto Magalhães. Recife: Fundarpe; Raiz, 1985, p. 151.

<sup>viii</sup> MAGALHÃES, Agamenon. O Brasil (17.09.42). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 392.

<sup>ix</sup> Ibidem, p. 392-393.

<sup>x</sup> Cf. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 2), p. 136.

<sup>xi</sup> Loc. cit..

<sup>xii</sup> Apud PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a 2ª Guerra Mundial*, op. cit., p. 127.

<sup>xiii</sup> MAGALHÃES, Agamenon. O que o povo queria (15.03.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 381. Afirmava, ainda, que “o regime de 10 de Novembro foi instaurado precisamente para isso. Para resistir e vencer todas as crises”.

<sup>xiv</sup> Título de artigo de Agamenon Magalhães publicado na *Folha da Manhã* (08.07.1944). In: Ibidem, p. 405.

<sup>xv</sup> MAGALHÃES, Agamenon. O mito racista (08.07.1944). In: Ibidem, p. 405. No artigo, Agamenon considera as questões cultural e social como responsáveis pela formação dos povos, critica o nazismo e afirma que “o mito racista está perdendo o seu prestígio em todas as frentes de batalha. Os seus líderes já confessam a superioridade dos aliados, cujos exércitos se compõem de todas as raças e nacionalidades”.

<sup>xvi</sup> Os insaciáveis cupins da raça amarela. *Folha da Manhã*, Recife, 26 ago. 1938. Tópicos, p. 3.

<sup>xvii</sup> CAMPELLO, José. O que não se pode perdoar. *Folha da Manhã*, Recife, 09 set. 1939, p. 3.

<sup>xviii</sup> CAMPELLO, José. O “retrato” dos grupos. *Folha da Manhã*, Recife, 26 maio 1939, p. 3. A afirmação de José Campello, redator chefe da *Folha da Manhã*, refere-se às pessoas que subordinam a amizade à “preocupação do peso e da medida”, ou seja, fazem da mesma uma questão de comércio. “E de comerciantes (e muitas vezes comerciantes judeus) está cheio o mundo nas relações aparentemente afetivas e respeitáveis”. O jornalista segue falando da questionável amizade desses judeus, “que dura o tempo de uma necessidade”.

<sup>xix</sup> Cf. MAGALHÃES, Agamenon. Produção. *Folha da Manhã*, Recife, 29 ago. 1940, p. 3.

<sup>xx</sup> Cf. Idem. Vigilância. *Folha da Manhã*, Recife, 13 ago. 1943, p. 3.

<sup>xxi</sup> Dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand fazia oposição ao governo através de seus jornais, tendo-se colocado a favor da reconstitucionalização do país durante o governo provisório. Contrário à candidatura de Vargas em 1936, “apóia a candidatura de Armando Sales à presidência da República e deflagra uma investida contra o Estado Novo, quando este se estabelece, em 1937”. RIOS, Maria Lêda Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial*, op. cit., p. 107 e 108.

<sup>xxii</sup> RIOS, Maria Lêda Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial*, op. cit., p. 117, grifo da autora.

- 
- <sup>xxiii</sup> Entrevista de Hélio José da Rola Pinto (antigo repórter do *Diário de Pernambuco*) a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 558.
- <sup>xxiv</sup> Entrevista de Waldemir Miranda (médico à época da guerra) a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 571.
- <sup>xxv</sup> Entrevista de Manuel Correia de Andrade (estudante de Direito à época e participante dos movimentos favoráveis aos aliados na Faculdade de Direito do Recife durante a Segunda Guerra) a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 590.
- <sup>xxvi</sup> Entrevista de Fernando da Cruz Gouvêa (estudante secundarista à época) a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 611.
- <sup>xxvii</sup> Entrevista de Manuel Correia de Andrade a Lêda Rivas. In: RIOS, Maria Lêda Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial*, op. cit., p. 589.
- <sup>xxviii</sup> Entrevista de Luiz Pinto Ferreira a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 587. Como informa a autora, Pinto Ferreira foi diretor da Faculdade de Direito do Recife e da Universidade Federal de Pernambuco.
- <sup>xxix</sup> Entrevista de Osvaldo da Costa Lima Filho a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 593. “Entre os professores”, prossegue Osvaldo Filho, “só Gondim Neto, apoiado em sua sólida cultura jurídica e Mário Pessoa se arriscavam a defender a causa da Alemanha, sob protestos gerais de professores e estudantes”. Loc. cit..

## BIBLIOGRAFIA

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 2).

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; Edusp, 2000.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza americana x mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Recife: CEPE, 1998.

LEWIS, Susan. *Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã em Pernambuco (1937-1945)*. Tese (Doutorado em

---

História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MAGALHÃES, Agamenon. *Idéias e lutas*. Introdução de Nilo Pereira; apresentação de Roberto Magalhães. Recife: Fundarpe; Raiz, 1985.

MOTA, Mauro. *Antologia em verso e prosa*. Organização de Ivan Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundarpe, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Prefácio de Manoel Correia de Andrade. Recife: Massangana, 1984.

PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a 2ª Guerra Mundial*. Recife: Comunicarte, 1995.

RIOS, Lêda Maria Rivas Cervinos. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto por jornal de província*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.